

## **AS DESIGUALDADES SOCIAIS: a questão do gênero**

Luiz Carlos dos Santos

Em que pese a arraigada desigualdade de gênero, o status da mulher vem melhorando nas três últimas décadas (UNICEF, 2007). Isso se deve ao aumento da conscientização relativamente às práticas e conseqüências da discriminação, nas quais se incluem a violência física e sexual, mutilação/corte genital feminino, número desproporcional de mulheres afetadas pelo HIV/AIDS e analfabetismo de mulheres, dentre outras, o que vem propiciando maior demanda por mudanças.

Observa-se, ainda que timidamente, as Políticas Públicas voltadas para a promoção de reformas sociais e de legislação, os proponentes da igualdade de gênero, um Direito Constitucional, pelo menos no Brasil, começou a dar nova forma ao cenário social e político. Espera-se que, embora o gênero ainda influencie as opções e os desafios das pessoas, em muitos países, uma menina nascida em 2007 certamente terá um futuro melhor do que outra nascida em 1979, por exemplo, quando a Cedaw foi adotada.

Provavelmente, as crenças, atitudes e práticas que excluem a mulher estão profundamente enraizadas, e, em certos casos, estreitamente associadas a normas culturais, sociais e religiosas. Todavia, levantamentos, diagnósticos, enfim, pesquisas de opinião e estudos de casos fornecem uma boa indicação da prevalência de discriminação de gênero em muitos países.

Saliente-se que em pesquisa realizada no Brasil (GALLUP, 2006), apenas 20% dos entrevistados (homens e mulheres) acreditam que a sociedade trata igualmente, ambos os sexos, e mais de 50% dos pesquisados no país consideram que mulheres e homens gozam de igualdade em relação à oportunidade de trabalho. Depreende-se, apesar dessa amostra, ser o resultado da mencionada pesquisa, um indicativo para um reconhecimento mais amplo da discriminação de gênero na sociedade.

Entretanto, frise-se que a problemática é bem mais extensa; as pesquisas são pontuais e, apenas oferecem uma perspectiva de opiniões de sociedades, não chegando a refletir a verdadeira situação. Entende-se serem necessários indicadores quanti/qualitativos mais confiáveis, para compor um quadro mais claro das desigualdades e parcialidades produzidas pela discriminação contra mulheres e meninas.

Ressalte-se que a questão em análise é bastante complexa; exige a participação dos setores - público, privado e o chamado “terceiro setor”. A eliminação da discriminação de

gênero e o aumento do poder da mulher demandam, portanto, maior influência desta em decisões relevantes que moldam sua vida e a vida de seus filhos em três áreas distintas: a família, o local de trabalho e a esfera pública.

Conclui-se, asseverando que transformações em qualquer das áreas citadas têm influência sobre a igualdade da mulher nas demais, e podem gerar impactos profundos e positivos na vida das crianças em todas as partes do mundo. Atente-se, contudo, que o reconhecimento da situação não deve ser traduzido somente em um discurso “politicamente correto”, mas deve ser autêntico, em suma, haja concretude, efetividade das políticas, programas, projetos e, principalmente, mudanças substantivas na legislação dos países; enfim - da igualdade jurídica, estatuída em algumas Cartas Magnas, para a igualdade formal, a real, verdadeira, sem discriminação de qualquer ordem.



LUIZ CARLOS DOS SANTOS  
[www.lcsantos.pro.br](http://www.lcsantos.pro.br)